



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS – a Proteção Social Básica deve prever

- (A) desenvolvimento de serviços, programas e projetos territorializados com foco na diversidade cultural, para o resgate étnico e social da população negra das periferias.
- (B) ações terapêuticas que restabeleçam os vínculos familiares e comunitários, o sentimento de pertencimento e cidadania, atenuados sofrimentos desencadeados por contextos sociais.
- (C) desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada.
- (D) desenvolvimento de projetos que visam resgatar o talento da mulher, capacitando-a para o cuidado com a família, em especial os membros mais vulneráveis pelo ciclo de vida, como os idosos e as crianças.

2. De acordo com Política Nacional de Assistência Social, (PNAS), os serviços de proteção social básica serão executados

- (A) de forma indireta somente nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.
- (B) de forma direta somente nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.
- (C) de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS.
- (D) de forma indireta nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e de forma direta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS.

3. Em relação ao descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, a equipe do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS ou equipe técnica da Proteção Social Básica deverá encaminhar a relação de famílias em acompanhamento familiar ao responsável pelo Programa Bolsa Família, que deverá

- (A) solicitar visita domiciliar do agente de saúde do território após registro das informações no CADSUS.
- (B) informar ao Ministério Público as famílias em atendimento e em vulnerabilidade e risco social.
- (C) convocar as famílias para audiência pública na câmara de vereadores para prestação de contas do recurso público utilizado.
- (D) registrar a informação no SICON e interromper, quando pertinente, os efeitos do descumprimento.

4. Assinale a alternativa em **DESCONFORMIDADE** com o disposto na Política Nacional de Assistência Social.

- (A) A proteção social deve garantir segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.
- (B) A segurança de rendimentos é desde sempre uma compensação do valor do salário mínimo inadequado.
- (C) Uma das seguranças primordiais da política de assistência social é a da acolhida.
- (D) A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações.

5. No que se refere aos CRAS, é correto afirmar que

- (A) é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 500 famílias/ano.
- (B) executa serviços de proteção social complexa, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais nacionais da política de assistência social.
- (C) atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário.
- (D) realiza de forma totalmente autônoma o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção geral e promove a inserção das famílias nos serviços de assistência social nacional.

6. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS – são classificados como Proteção Social Especial de Média Complexidade

- (A) aqueles destinados a todos que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).
- (B) aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.
- (C) aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.
- (D) somente aqueles destinados à população em situação de rua.

7. Considerando o disposto na Lei nº 10.836/04, o benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família é destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente tenham em sua composição crianças e adolescentes de 0 (zero) a _____ anos de idade; e apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III da lei igual ou inferior a _____ per capita.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as respectivas lacunas acima.

- (A) 5 (cinco) / R\$ 50,00 (cinquenta reais)
- (B) 12 (doze) / R\$ 60,00 (sessenta reais)
- (C) 15 (quinze) / R\$ 70,00 (setenta reais)
- (D) 16 (dezesseis) / R\$ 100,00 (cem reais)

8. De acordo com o artigo 3 da Lei nº 10.836/04, a concessão dos benefícios do bolsa família dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de _____ em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

- (A) 60% (sessenta por cento)
- (B) 70% (setenta por cento)
- (C) 85% (oitenta e cinco por cento)
- (D) 95% (noventa e cinco por cento)

9. Em conformidade com o Decreto nº 5.209/04, são objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **EXCETO**

- (A) promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social.
- (B) combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional.
- (C) estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.
- (D) minimizar a pobreza; e promover a não intersectorialidade, a complementaridade e a fragmentação das ações sociais do Poder Público.

10. A inclusão da família no Programa Bolsa Família produzirá os seguintes efeitos, no que se refere ao pagamento dos benefícios financeiros:

- I. registro dos benefícios financeiros em sistema eletrônico com base nas informações constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
- II. emissão e entrega da notificação da concessão do benefício financeiro à família por meio do envio de correspondência ao endereço registrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou por outra sistemática fixada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- III. emissão e expedição dos cartões magnéticos da conta contábil prevista no inciso III do § 12 do art. 2º da Lei nº 10.836, de 2004, para saque dos benefícios financeiros.

É correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

11. Conforme disposto na Portaria GM/MDS nº 555/05, em decorrência das atividades de gestão de benefícios realizadas, os benefícios da família, assim como as parcelas, poderão assumir, entre outras, as seguintes situações:

- I. incluído: resulta da atividade de inclusão de benefícios.
- II. liberado: resulta da atividade de liberação e/ou reversões de benefícios.
- III. bloqueado: resulta da atividade de suspensão de benefícios.

É correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

12. De acordo com Portaria GM/MDS nº 555/05, a reavaliação de benefícios é a atividade de administração de benefícios utilizada para verificação eletrônica do cumprimento das regras de elegibilidade pela família, visando a sua permanência no PBF, sendo realizada automaticamente pela Senarc nos seguintes casos:

- I. depois de processadas as alterações cadastrais da família beneficiária do PBF, ocorridas no âmbito do CadÚnico.
- II. depois de realizadas as atividades de reversão de benefícios nos casos citados nesta Portaria.
- III. para compatibilização de informações entre o CadÚnico e o Sistema de Gestão de Benefícios, a critério da Senarc.

É correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

13. Compete ao Gestor Municipal do Programa Bolsa Família dos municípios que aderirem ao PBF nos termos da Portaria GM/MDS nº 246, de 2004, sem detrimento de outras responsabilidades, o exercício das seguintes atribuições, **EXCETO**

- (A) analisar as demandas de bloqueio, de cancelamento ou reversão de benefícios encaminhadas pelas instâncias de controle social, promovendo, quando cabíveis, as atividades de gestão de benefícios competentes.
- (B) contribuir para o sigilo de informações, não divulgando aos órgãos públicos locais e à sociedade civil as informações relativas aos benefícios do Programa Bolsa Família e dos Programas Remanescentes.
- (C) promover a capacitação dos agentes responsáveis no município pela gestão local de benefícios.
- (D) promover o credenciamento dos funcionários da Prefeitura e dos integrantes da instância de controle social municipal que terão acesso ao Sistema de Gestão de Benefícios do PBF, segundo procedimentos fixados pela SENARC.

14. A reversão de cancelamento de benefícios é a atividade de administração de benefícios destinada a desfazer o cancelamento de benefícios que tenha ocorrido há no máximo _____ dias, sendo realizada pela Senarc ou pelos municípios em razão de fato superveniente à ação de cancelamento que implique a necessidade de retificação do cancelamento ocorrido anteriormente.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

- (A) 15 (quinze)
- (B) 30 (trinta)
- (C) 60 (sessenta)
- (D) 180 (cento e oitenta)

15. De acordo com o disposto no Decreto nº 6.135/07, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.
- (B) a obrigatoriedade de utilização do CadÚnico também se aplica aos programas administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
- (C) o CadÚnico é constituído por sua base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos.
- (D) o registro de informações inverídicas no CadÚnico invalidará o cadastro da família.

16. Acerca da adesão do município ao Programa Bolsa-Família, assinale a alternativa em **DESCONFORMIDADE** com o disposto na Portaria GM/MDS nº 246/05.

- (A) Constitui um requisito a existência formal e o pleno funcionamento de um comitê ou conselho local de controle social do Programa Bolsa-Família.
- (B) Constitui um requisito a indicação do gestor municipal do Programa.
- (C) O município interessado em aderir ao Programa Bolsa-Família manifestará sua vontade mediante o preenchimento, a assinatura e o envio dos documentos contidos nos Anexos I, II e III desta Portaria à Câmara Municipal.
- (D) O termo de adesão sistematiza os compromissos assumidos pelo município signatário ao tornar-se participante do Programa Bolsa-Família, respondendo assim pela gestão e execução da iniciativa em seu território de abrangência.

17. As informações constantes do CadÚnico terão validade de _____, contados a partir da data da última atualização, sendo necessária, após este período, a sua atualização ou revalidação, na forma disciplinada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

- (A) seis meses
- (B) um ano
- (C) dois anos
- (D) quatro anos

18. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, as aquisições dos usuários referem-se

- (A) às medidas da resolutividade e efetividade dos serviços a serem aferidas pelos níveis de participação e satisfação dos usuários e pelas mudanças efetivas e duradouras em sua condição de vida.
- (B) ao momento em que há habilitação do cadastro único para ativação e recebimento do Programa Bolsa Família por tempo mínimo de 12 meses, sendo integrado a outros benefícios quando possível.
- (C) à documentação necessária para inscrição no CadÚnico e possível habilitação para programas de transferência de renda.
- (D) às mudanças efetivas dos territórios de atendimento dos CRAS apresentadas por indicadores sociais e aferidas por determinado tempo pelas agências de pesquisas nacionais.

19. Sobre as ações desenvolvidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, relacione as sentenças, articulando a atividade ao conteúdo que melhor lhe esclareça.

1.	Acolhida	a.	Ações de caráter coletivo, voltadas para a dinamização das relações no território.
2.	Oficinas com Famílias	b.	Referem-se ao atendimento prestado pela equipe técnica do CRAS à família – algum(ns) membro(s) ou todo o grupo familiar.
3.	Ações Comunitárias	c.	Têm por objetivo a promoção do acesso aos direitos e a conquista da cidadania.
4.	Ações Particularizadas	d.	Realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias.
5.	Encaminhamentos	e.	Processo de contato inicial de um indivíduo ou família com o PAIF, contato “qualificado” da família com o SUAS.

É correta a relação de sentenças explicitada na alternativa:

- (A) 1b; 2a; 3d; 4e; 5c.
- (B) 1d; 2b; 3e; 4c; 5a.
- (C) 1a; 2e; 3c; 4b; 5d.
- (D) 1e; 2d; 3a; 4b; 5c.

20. Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Tal descrição refere-se ao Serviço de

- (A) convivência e fortalecimento de vínculos.
- (B) proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.
- (C) proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI).
- (D) proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC).